

ÁGUA, CERRADO, EUCALIPTO E GENTEⁱ

Em diversas reportagens recentes nos jornais mineiros tem sido apontada a ameaça do apagão florestal e a conseqüente necessidade de novos plantios homogêneos de eucalipto para evitar essa catástrofe para o setor siderúrgico e de celulose. Também tem sido propagandeado o mercado global de carbono, dentro do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Este seria um fator de estímulo ao monocultivo de eucalipto, denominado equivocadamente de *reflorestamento*, para realização do sequestro da carbono, através da fotossíntese, atraindo investimentos externos de países poluidores do chamado mundo desenvolvido, dando a eles o direito de continuar poluindo, desde que paguem cotas de carbono aos plantios homogêneos realizados, em geral, por firmas estrangeiras em território brasileiro. Alguns prefeitos do interior mineiro caem nesse canto da sereia e associam essas iniciativas ao progresso sócio-econômico de seu município.

Sabe-se que, na década de 70, houve, em Minas Gerais, um forte incentivo à implantação dessas monoculturas, tendo sido inclusive arrendadas pelo Estado, a preços irrisórios, terras devolutas às empresas “reflorestadoras” que devoraram as chapadas antes cobertas por cerrados. Só no Norte de Minas, mais de um milhão de hectares foram plantados. Não se pode hoje defender uma nova expansão desses monocultivos sem uma avaliação sócio-econômica e ambiental desse processo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que essas terras devolutas, simbolicamente arrendadas pelo Estado, se constituíam de terras de uso comum das comunidades sertanejas que faziam uso dessas chapadas através do extrativismo dos frutos do cerrado para uso alimentar - pequi, araticum, mangaba, murici, jatobá, baru, etc -, medicinal – fava d’anta, barba timão, unha d’anta, etc. -, produção de óleo e sabão – pequi, rufão, palmeiras diversas, tingui. As comunidades também soltavam o gado para pastar nesses cerrados nas épocas de maior restrição de forragem dos pastos plantados. Foi, portanto, um processo de privatização de terras públicas de uso comum dessas comunidades.

A promessa da geração de empregos não se realizou, porque a ocupação da mão de obra se deu apenas em fases muito específicas do processo produtivo, em especial na etapa do desmatamento e plantio e depois no corte e carvoejamento, sendo que entre um e outro se

dá um espaço de 8 anos, nas condições do cerrado mineiro. Ainda assim, as condições de trabalho nessas etapas foi a pior possível, tendo sido detectados inúmeros casos de trabalho escravo. A maior parte da riqueza, na verdade, não fica na etapa de plantio e carvoejamento e sim na indústria que processa e exporta ferro-guza para os países “desenvolvidos”. Além disso, em geral, as firmas “reflorestadoras” não tem nenhum vínculo nem compromisso com o local e o município onde se dá o plantio.

Mas talvez seja no aspecto ambiental, onde o impacto negativo foi mais visível, desencadeando, por consequência, um impacto social de grandes proporções.

Na década de 70 se considerava o cerrado como um conjunto de árvores baixas, tortas, feias e inúteis. Sua biodiversidade era irrelevante. Era preciso devastar o cerrado para proteger a Amazônia. E pior, se ignorou o papel hidrológico que as chapadas deste bioma cumprem, quando cobertas por cerrado – áreas de recarga hídrica, responsáveis pelo abastecimento do lençol freático que alimentam as nascentes e córregos que, por sua vez, alimentam as bacias do São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. Essas chapadas fazem do cerrado a grande caixa d’água do território brasileiro, fato percebido pela sensibilidade do nosso grande Guimarães Rosa.

“ O chapadão é voante, largueza

Os cerrados das chapadas transpiram entre 1,5 (na seca) e 2,5 mm (nas águas) de água por dia. Possuem cascas grossas, folhas coriáceas e portentoso sistema radicular, todos elementos que lhe propiciam uma grande capacidade de economia de água. O que era considerado um defeito – a baixa altura de suas árvores –, na verdade, nas condições ambientais do norte de Minas, se constitui numa grande virtude. A baixa produção de biomassa desses cerrados – as savanas produzem em média de 10 a 20 toneladas de biomassa por hectare - também é um fator de economia de água, o que permite que “libere” a chuva que cai para infiltrar no solo e abastecer o lençol freático.

Com a monocultura do eucalipto acontece o contrário. Ele transpira cerca de 6 mm de água por dia e produz, no espaçamento aplicado nos cerrados, de 100 a 150 toneladas de biomassa por hectare. Ora, não podemos nos esquecer que 2/3 da biomassa dos seres vivos são constituídos de água, portanto, a água contida na maior biomassa da monocultura era a água que, antes, quando havia ali o cerrado, alimentava o lençol freático que mantinha as nascentes e os córregos desses locais. Não é à toa, portanto, que as populações do cerrado

vem denunciando os estragos da monocultura, em especial sobre as fontes de água que abasteciam as comunidades pelo Gerais a fora. Alguns cientistas, ou mal informados, ou mal intencionados, querem desqualificar essa percepção certa das comunidades rurais que sofreram na pele esse impacto, taxando-a de “sem embasamento científico”. As empresas procuram negar esse fenômeno, visando, é claro, a preservação dos seus lucrativos negócios, o que seria legítimo se não fossem os seus desproporcionais custos sócio-ambientais.

Em função disso tudo, cresce hoje um novo tipo de sujeito excluído – os atingidos pela monocultura do eucalipto, cunhada, sintomaticamente, por algumas populações locais de “deserto verde”.

O complexo reflorestador-siderúrgico-celulósico está tendo que entender que o seu modelo produtivo impacta cerrados, água e gente e que de sustentável não tem nada. Não há mercado de carbono que dê conta de fazer chamar esse processo brutal de “desenvolvimento limpo”. Isso é jogada de marketing para pintar de verde um processo eminentemente anti-ecológico.

Do outro lado, as populações atingidas, entidades de apoio, ambientalistas independentes e cientistas responsáveis estão empenhados em revalorizar os cerrados, que hoje se regeneram em áreas onde a monocultura de eucalipto já degenerou, permitir a revitalização das águas – o que é o mais vital e fundamental de tudo - e construir uma nova forma de apropriação social dessas chapadas pelas populações locais, agregando valor aos produtos da biodiversidade dos cerrados e gerando, aí sim, um processo de desenvolvimento local sustentável nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Fonte:

Silva, Carlos Eduardo M. & Gonçalves, Carlos Walter P. Água, cerrado, eucalipto e gente. Jornal Estado de Minas, caderno Agropecuário, pág. 2, 12 de Janeiro de 2004.

ⁱ Silva, Carlos Eduardo M. & Gonçalves, Carlos Walter P. Água, cerrado, eucalipto e gente. Jornal Estado de Minas, caderno Agropecuário, pág. 2, 12 de Janeiro de 2004.